

Refém do esclarecimento

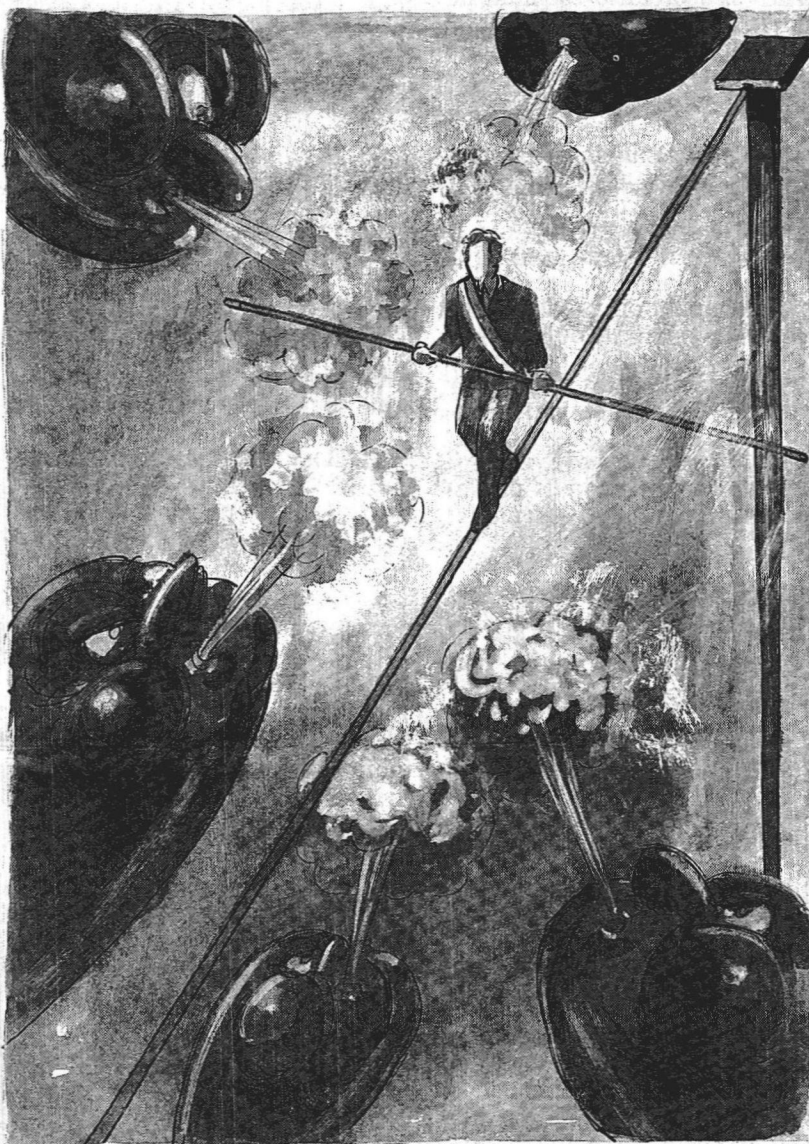
GILBERTO PAIM

O destino só pode ser tachoado de cruel quando entrega o novo governante ao torniquete do esclarecimento popular. Quanto maior o esclarecimento, mais freqüente a derrubada do Governo, diz Samuel Huntington, o conhecido cientista político. E tudo leva a crer que a atual ambição do povo, a moeda de valor estável, deixa-o sumamente esclarecido. Mas o grande objetivo envolve problemas de complexidade capazes de tirar a serenidade do novo presidente. Homem de transparente civilidade, democrático, culto, rodeado de simpatia no país e no exterior, o sociólogo chega ao poder disposto a manter a palavra empenhada, confirmando à opinião pública o propósito de sustentar a estabilidade monetária.

Quando os preços sobem, quem primeiro conhece a verdade é o povo. A partir dessa experiência simples, ele emite juízo crítico sobre a forma como se exerce o poder. Diante do tribunal da coletividade, o governante somente evitará uma sentença desfavorável se revelar competência, firmeza inabalável na resolução dos conflitos da esfera presidencial e se descrever com realismo a natureza dos obstáculos que enfrenta. O povo tem objetivo definido. Mas não faz idéia de seu custo para o governante.

Será compatível com a moeda estável a existência de bancos estaduais? A resposta é um não estridente. Os Governos estaduais americanos não possuem bancos, o que nos diz que a boa administração provincial não depende da presença de governos estaduais no mercado financeiro. Logo vemos que o destino não pretende ser generoso com o novo presidente, ao colocá-lo diante do dilema de entrar em agudo conflito com os Governos de estados influentes, quando na pauta das questões imediatas estiver a liquidação de bancos estaduais, cuja sobrevivência dependa de recursos do Tesouro, via Banco Central. A atitude correta poderá acarretar a dissolução de alianças políticas e a formação de bancadas hostis no Congresso.

Sabe-se que o novo presidente pretende executar amplo programa de privatização, para substituir déficits de estatais pelos impostos que as empresas privadas costumam mandar para o Erário. Parece



que agora abrange parcela maior da opinião pública essa coisa demasiado óbvia: a empresa do Governo dá prejuízo. A empresa privada paga impostos. A primeira conspira contra a estabilidade do valor da moeda. A segunda ajuda a moeda a se manter estável. Mas para privatizar, o novo presidente terá de enfrentar a ira das corporações que convertem recursos públicos em benefícios para seus membros e aderentes. O povo inteiro colherá benefícios, diretos e indiretos, da privatização da Petrobrás, da Telebrás, da Eletrobrás e de mais de uma centena de empresas governamentais que provocam inflação e atacam o valor da moeda em sua essência. É claro que o novo presidente não cumprirá essa missão histórica sem ganhar inimigos em

vários cantos da sociedade — desde o Congresso aos xenófobos incrustados nos partidos e nos sindicatos.

A batalha mais imediata será travada em torno da reforma tributária, entre cujos objetivos figura a restauração do poder financeiro da União, em parte transferido para os estados e municípios sem benefício visível para o povo. No regime a ser criado pela reforma, os Governos dessas instâncias perderão a chance de esbanjar recursos que afluem a seus cofres como participação em impostos federais e como resultado da malandra divisão tributária da Carta de 88. Seguindo o exemplo da União, os Governos estaduais deverão vender suas empresas deficitárias, simples cabides de empregos. É evidente que, en-

costados assim à parede, hão de inquietar o Governo central de conspiração contra a Federação e a unidade de suas partes integrantes.

Evitar o desperdício envolve esforço que traz benefício à estabilidade da moeda, a pedra de toque com que o povo submete o Governo a julgamento cotidiano. Lembrava o professor Eugenio Gudín o enorme desperdício resultante do transporte rodoviário de milhões de toneladas entre os estados da costa, em consequência do corporativismo dos sindicatos da orla marítima. Ao fim dos anos 50, os navios de cabotagem já haviam perdido a capacidade de transportar carga geral. Ficava proibitivo o custo da praça marítima. Circulando entre Porto Alegre e Fortaleza, milhares de caminhões passaram a substituir os navios no transporte de gêneros alimentícios, matérias-primas e manufaturas. Na cabotagem, os portos brasileiros ficaram reservados para o transporte de combustíveis líquidos e carvão. Reproduzindo um exemplo caro ao professor Gudín, diríamos que um navio de 50 mil toneladas pode ser manejado por 40 homens, fazendo uso de uma estrada líquida doada pela natureza. A capacidade desse navio corresponde a cinco mil caminhões, conduzidos por motorista e ajudante, que saem destruindo asfalto e exigindo apoio logístico de postos de gasolina, pensões e oficinas mecânicas de beira de estrada.

O desastre nacional está exposto no fato de que o custo do transporte rodoviário passou a ser mais baixo do que o do marítimo. A demora na aplicação de lei recente de reforma do sistema portuário continua a deixar o porto como fator de encarecimento do custo de vida. Entre os maiores defensores do esquema corporativo portuário está o senador Mário Covas, futuro governador de São Paulo, amigo íntimo e companheiro político do novo presidente. Não é fácil, portanto, defender a moeda estável.

Dezenas de outros exemplos demonstram a dificuldade que enfrentará o novo presidente na defesa do real, a principal de suas criações intelectuais. Mas o real só o conservará no coração do eleitorado, enquanto for estável. A maioria torce pelo governante. Mas a tarefa é um osso duro de roer.